



ATA Nº 1/2016

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis e Carla Cristina Machado Rodrigues Dias (em substituição), respectivamente Primeira e Segunda Secretárias da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Cadoso, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Carlos Jorge Coelho Neto, António Manuel da Silva Moreira e João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum (26 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 5/2015 referente à sessão ordinária de 28 de novembro. -----

----- Aprovada a ata n.º 5/2015 por maioria dos presentes com direito de voto, com 21 votos a favor e 1 voto contra do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, não participando na votação por não terem estado presentes na anterior sessão os Deputados Municipais Luis Fernando Henriques dos Santos, Ana Catarina Coelho Pinto, Suzana Margarida dos Santos Candeias e o Presidente de Junta de Freguesia de Alcobertas (26 presenças). -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- Pela Primeira Secretária foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços da Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----



----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia e de abrir as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal colocou à consideração dos mesmos que os pontos VII a XI fossem discutidos em simultâneo e votados per si. A proposta foi aceite por unanimidade dos presentes (26 presenças). -----

----- Relativamente à votação dos pontos citados solicitou que os membros da Assembleia Municipal não abandonassem a sala aquando da mesma, à semelhança do que aconteceu na sessão anterior, pois que, considerando que se trata dum assunto da competência deste órgão, tal comportamento minora as competências da própria Assembleia Municipal, em desprestígio desta.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Deputado José Casimiro Fróis Ferreira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião -----

----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----

----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado Filipe Vicente Martins -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Tomou a palavra para abordar a questão das duas obras que estão a decorrer na Vila da Marmeleira, obras essas que a população local já reivindicava há décadas. Começou por falar do escoamento das águas pluviais na Rua Dr. Joaquim Correia, dando conhecimento de que esta obra está a correr bem e que tem esperanças de



resolver os grandes problemas que antes ocorriam quando chovia. Questionou se há alguma data prevista para esta obra estar terminada e mais concretamente se a fase de alcatroamento decorrerá dentro em breve ou se será necessário aguardar a compactação dos terrenos. -----

----- Referindo-se, de seguida, à remodelação da rede de abastecimento de águas, disse que esta tem sido uma obra muito problemática desde o início, pelo seu tipo e envergadura e também porque, em seu entender, tem havido pouco cuidado por parte da empresa em determinados aspetos. Elencou algumas anomalias já comunicadas aos técnicos municipais que têm acompanhado a obra, das quais foi também dado conhecimento por escrito à Câmara Municipal, nomeadamente ao nível do alcatroamento, da limpeza e remoção de entulhos, de acabamentos nas ligações às casas e pintura de pavimentos. Perguntou sobre se existe já uma data prevista para se efetivar a ligação da rede de abastecimento de águas ao novo depósito. E, sobre este assunto, lembrou ainda que desde 2013, quando foi feita a ligação de água entre Assentiz e a parte alta da Vila da Marmeleira, os muros do Bairro Social foram partidos e até hoje não foram repostos. Concluiu dizendo que a Junta de Freguesia se congratula com o fato de terem sido feitas estas obras, mas que gostaria que fossem resolvidos os problemas sinalizados. -----

----- Referiu-se ainda ao problema das casas em ruínas, do qual tem vindo a ser dado conhecimento de que tem sido dado conhecimento à Câmara Municipal desde o Executivo anterior, dizendo que, embora uma dessas casas já tenha grades de sinalização colocadas por funcionários municipais, já caíram telhas de uma dessas casas que só por sorte não atingiram dois transeuntes. Solicitou a intervenção da Câmara Municipal para atuar junto dos respetivos proprietários, de modo a resolver este problema e evitar uma tragédia. -----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Começou por informar e agradecer a atribuição dos números de polícia no Pé da Serra, notando todavia que o trabalho deve continuar noutras localidades, caso do Vale da Laranja e das Marinhas do Sal, dizendo, mais concretamente, que na via que liga as Marinhas do Sal ao Pé da Serra existem três ou quatro casas sem número de polícia atribuído. -----

----- Referindo-se à visita do Presidente da República ao concelho de Rio Maior, que incluiu uma passagem pelas Marinhas do Sal, pelo Complexo Desportivo e pelas



Indústrias Carne Nobre, questionou se não foi feita pela próprio alguma referência aos trabalhadores e ao seu contributo para a riqueza concelhia e nacional, dando conta que a Empresa Nobre & Alimentação SA, sita em Rio Maior, impõe aos trabalhadores que entram em funções pela primeira vez o não pagamento do subsídio de refeição, a anulação das diuturnidades, a redução superior a 50% dos prémios de produção, a não atribuição de categorias profissionais em função das responsabilidades e das atividades desempenhadas e a falta de aviso prévio em caso de rescisão de contrato. Mais disse que é também do seu conhecimento que se o trabalhador não aceitar estas condições, sofre pressão psicológica, sendo-lhe inculcada a ideia de que a fábrica poderá fechar e a produção sair do território nacional. Concluiu referindo que o Presidente da República, como qualquer outro Presidente, é-o de todos os portugueses devendo, como tal, defender quem trabalha. -----

----- **Deputado José Casimiro Fróis Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio no sentido de saudar a visita do Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva e de sua esposa, Maria Cavaco Silva, ao concelho de Rio Maior, no passado dia 3 de fevereiro. Destacou a visita às Marinhas do Sal, onde recebeu o Presidente da República, em conjunto com a Presidente da Câmara, Isaura Morais, na praça central, acompanhando depois o percurso por todo o espaço, no decurso do qual o Presidente da República pôde ter contacto com a história e a realidade atual da Cooperativa dos Salineiros, visitando também diversos estabelecimentos comerciais, contactado com muitos dos presentes. Mencionou também que a visita prosseguiu para a empresa Nobre Alimentação e o Complexo Desportivo de Rio Maior. Disse sentir-se extremamente agradado enquanto riomaiorense com esta visita do Presidente da República, o qual, mesmo em final de mandato, não quis deixar de passar por Rio Maior, sendo uma oportunidade para conhecer o aproveitamento turístico, bem exemplificado pelas salinas, e a aposta na inovação e na excelência empresarial, ilustrado pela fábrica da Nobre Alimentação, assim como a aposta no desporto, tecendo rasgados elogios ao Complexo Desportivo de Rio Maior. Disse ainda que Aníbal Cavaco Silva não terá certamente esquecido as enormes manifestações de apoio popular que sempre teve em Rio Maior nos atos eleitorais em que participou e que as gentes de Rio Maior não esquecerão o homem e o estadista que durante dez anos exerceu o mais alto cargo da nação. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referiu que gostaria apenas de deixar uma breve nota sobre o Carnaval Noturno de Rio Maior que, embora molhado, como já vem sendo hábito, foi participado. Defendeu a manutenção desta iniciativa, uma vez que o concelho precisa de iniciativas que mobilizem as pessoas, endereçando os parabéns à Câmara Municipal pela organização do mesmo e também pela organização do Carnaval Escolar, referindo que é sempre uma alegria ver os mais novos nesta festa das escolas do concelho. -----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Lembrou que no dia 28 de fevereiro o poeta Ruy Belo, se fosse vivo, completaria 73 anos de idade e dizendo que compete a todos a valorização daquilo que Rio Maior tem de bom. Acrescentou que Ruy Belo é um poeta maior da poesia portuguesa e que todos os riomaiorenses devem orgulhar-se da sua obra e dela retirarem mais-valias que contribuam para o desenvolvimento de uma verdadeira democracia cultural no concelho de Rio Maior. Destacou a organização conjunta da Câmara Municipal e do Rotary Club de Rio Maior na apresentação de um vídeo, com o título “Ruy Belo...Era uma vez” e referiu que é com agrado que regista este tipo de iniciativa. Defendeu que uma política cultural não deve ser uma política de entretenimento, mas assentar antes em práticas que envolvam as pessoas e que sejam feitas com as pessoas e para as pessoas. Afirmou que Rio Maior e a Freguesia de São João da Ribeira deverão ser novos centros de poesia do país a partir de Ruy Belo, da sua obra, da sua casa, dos caminhos que trilhou, dos sonhos que sonhou e de tudo o que deixou para memória futura. Concluiu dizendo que todos podem contar com a Coligação Democrática Unitária (CDU) para a valorização dos valores maiores da cultura riomaiorense. -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Começou por dizer que como um dos elementos representantes da Assembleia Municipal na Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) considera pertinente falar sobre o trabalho desenvolvido nesta Comissão. Esclareceu que a CPCJ, funciona através de duas comissões: a comissão alargada,



para a qual a Assembleia Municipal designou quatro elementos e que tem como objetivo principal as ações de sensibilização e prevenção de violência direcionadas a crianças, a jovens e suas famílias; e a comissão restrita, que é composta por cinco elementos, dos quais apenas um trabalha a tempo inteiro para todo o concelho. Fez diversas referências aos dados constantes do relatório anual enviado a todos os elementos da Assembleia Municipal, salientando que no ano de 2015 houve uma redução significativa do número de processos, na ordem dos 26%, passando de 219 em 2014 para 161 em 2015. Sublinhou também que a entidade que mais sinalizou situações de risco de crianças e jovens foi a GNR, devido à problemática da violência doméstica e que a maioria das sinalizações continua a fazer-se anonimamente. Mencionou também que relativamente às faixas etárias das crianças e jovens alvo dos processos de 2015, que em primeiro lugar surgem as crianças entre os 11 e os 14 anos, seguidas dos jovens entre os 15 e os 17 anos e em terceiro lugar as crianças entre os 6 e os 8 anos. Acrescentou que em todas estas faixas etárias a problemática que mais se destacou foi a violência doméstica, que teve um aumento superior a 50%, passando de 10% em 2014 para 22,6% em 2015. Destacou, no plano oposto, a diminuição em cerca de 50% do abandono escolar, o qual representou em 2014 11% das sinalizações e no ano de 2015 5,6%, diminuição que também tem sido observada a nível nacional. Referiu ainda que entre as medidas aplicadas para a resolução dos problemas que levam à instauração dos processos, a que é mais aplicada em todas as faixas etárias é o apoio junto dos pais, o que implica um trabalho direto das técnicas com as famílias e, por vezes, estar em contato com ambientes violentos, chegando as mesmas a receber ameaças. Referindo-se ao Plano de Ação para o ano de 2016, disse que este inclui o acompanhamento e intervenção junto das famílias com processos na CPCJ; divulgação e informação sobre os procedimentos da Comissão; participação na organização da Semana da Solidariedade 2016; organização e participação na realização da ação de sensibilização “Responsabilidades Parentais e a Escola”; elaboração de material de divulgação da CPCJ; encaminhamento das famílias para o Centro de Apoio e Aconselhamento Parental das Aldeias SOS e promoção do mês de abril como o “Mês de Prevenção dos Maus-Tratos na Infância e na Juventude”. Em relação a esta última ação, deu conhecimento de que a mesma vai ter a colaboração da Escola Profissional de Rio Maior, com a construção de um laço azul com cerca de dois metros que irá ser colocado num lugar público, dizendo que este laço é o símbolo da campanha “Laço Azul”, *Blue Ribbon*, que teve início em 1989, na



Virgínia, Estados Unidos, quando uma avó, Bonnie Finney, amarrou uma fita azul à antena do seu carro “para fazer com que as pessoas se questionassem” o porquê, contando posteriormente aos elementos da comunidade sobre os maus-tratos sofridos pela sua neta, os mesmos que já tinham morto o seu neto de forma brutal, em resultado de espancamento pela sua mãe e pelo namorado desta. Adiantou que, Bonnie Finney escolheu a cor azul por simbolizar as lesões e servir como um lembrete constante dos corpos batidos e cheios de nódoas negras dos seus dois netos. Referiu também que esta campanha, que começou como uma homenagem desta avó aos netos, expandiu-se e que atualmente muitos países usam as fitas azuis durante o mês de abril, em memória daqueles que morreram e como forma de apoiar as famílias e fortalecer as comunidades nos esforços necessários para prevenir o abuso infantil e a negligência. Concluiu afirmando que as fitas azuis correspondem a uma iniciativa de sensibilização e que são uma oportunidade para lembrar a responsabilidade coletiva e comunitária na prevenção dos maus-tratos e que a história de Bonnie Finney mostra como é possível que a preocupação de um único cidadão desperte as consciências do público em geral. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que ao longo dos seus trinta anos de cidadão contribuinte líquido da nação tem vindo a constatar que cada vez paga mais impostos em troca de cada vez menos contrapartidas. Referiu que, para além disso, veio depois o brutal aumento de impostos que asfixiou as famílias, versão da esquerda na oposição, mas que afinal havia ainda espaço para muitos mais impostos, versão da esquerda enquanto governo. Acrescentou que apesar de se afirmar como uma pessoa radical e disponível a aceitar desafios impossíveis, quando Pedro Passos Coelho aconselhou os portugueses a emigrar, ficou e continuou a trabalhar suportando o brutal aumento de impostos e que agora que António Costa aconselha a utilizar transportes públicos, vai continuar a utilizar transporte próprio para trabalhar e continuar a pagar impostos. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Acerca da iniciativa “Presépios de Sal” referiu que, comparado com o ano anterior, houve uma melhoria, resultado do empenho dos envolvidos, mas que continuam a existir problemas de circulação de viaturas, devido aos autocarros que



estacionam no local. Atendendo à elevada adesão que esta iniciativa tem tido e ao facto das Marinhas do Sal serem o ex-libris do concelho, deixou a proposta de se procurar uma solução definitiva para tirar o trânsito de dentro da localidade e implantar parques de estacionamento, de modo a haver melhores condições para receber os visitantes. -----

----- Em relação aos festejos carnavalescos, deu os parabéns à organização do Carnaval Noturno, sublinhando o sucesso e a adesão a esta iniciativa e deixou a sugestão de se organizar também um desfile diurno, no domingo ou terça-feira, em que possam participar crianças e idosos. -----

----- Colocou de seguida o problema do controle dos animais na rua, nomeadamente dos cães, que andam soltos e têm provocado acidentes, como sucedeu dias antes com o derrube de um ciclista. Acrescentou que existindo um canil e um veterinário municipais estão reunidas condições para solucionar esta situação. -----

----- Referiu ainda a necessidade de limpeza da ribeira de S. Gregório, pelo menos na parte que passa dentro da cidade, face à infestação de ratos, para a qual algumas pessoas lhe chamaram a atenção. -----

----- Chamou mais uma vez à atenção para a necessidade de retificar a passadeira junto à Pastelaria Bellaria e ao Quiosque do Jardim Municipal, uma vez que já testemunhou a queda de pelo menos três pessoas nesse local. -----

----- Falou, por último, acerca da visita do Presidente da República a Rio Maior, dando os parabéns à organização pela forma como tudo correu. Deixou, contudo, um pequeno reparo dizendo que poder-se-ia ter sido sublinhado que o facto de o Dr. Silvino Sequeira, presente na cerimónia que decorreu no Complexo Desportivo de Rio Maior, foi o mentor da criação daquele espaço. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção reportando-se ao Relatório Anual da CPCJ, dizendo, desde logo, que se notou um esforço no sentido da sua leitura ser facilitada e as conclusões mais claras. Referiu-se então ao mapa de alunos por escalão de ação social e, sobre essa matéria, notou que o esforço do Município é no sentido de garantir o acesso ao ensino para todos, não excluindo os mais necessitados e que, apesar de esse esforço ter um enquadramento legal ao nível da transferência de competências para os Municípios, as respetivas participações financeiras não colmatam as reais



necessidades. Acrescentou que o esforço do Município também se revela na construção, recuperação e melhoria do parque escolar e que, neste âmbito, espera que se consigam realizar as melhorias previstas na EB1 da Asseiceira, com recurso a financiamento do Programa 2020. -----

----- Concordou com o conteúdo da intervenção da Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias acerca das comemorações do nascimento do Poeta Ruy Belo e salientou o evento organizado pelo Rotary Club de Rio Maior em conjunto com o Município e a dupla finalidade que o mesmo cumpriu, de âmbito social e cultural. Defendeu que Ruy Belo foi um dos maiores, senão o maior poeta da segunda metade do século XX, que merece ser conhecido e estudado e, com esse intuito, gostaria de ver concretizado o projeto de recuperação, musealização e exploração da casa Ruy Belo, em São João da Ribeira. -----

----- Por último, citou um dito japonês datado de cerca de 1215: “Passei na ponte, a água não corria, mas a ponte sim.”, explicando que existe realmente um grande desfasamento entre o que o povo faz, a população deseja e com o qual se compromete, e as políticas seguidas aos mais diversos níveis, afirmando que efetivamente a verdade é que a população continua a viver e a prosseguir com a vida ao arrepio das políticas que são feitas gratuitamente. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Relembrando que na última sessão da Assembleia Municipal foi indicado pelo Executivo que no início do ano uma das suas prioridades seriam as freguesias, questionou se já foram pagos os duodécimos relativos ao mês de janeiro de 2016 e se está em falta algum pagamento relativamente ao ano de 2015 ou se a Câmara Municipal já procedeu ao pagamento total às freguesias. -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à obra que está a ser realizada na rede de abastecimento de águas do Arco da Memória, lembrando há cerca de 40 anos foi criada uma rede pela população local, que sempre funcionou, embora com algumas deficiências, e que neste momento está em fase de conclusão a nova rede de abastecimento. Reconheceu o trabalho efetuado pela empresa, que tem sido bastante educada e eficiente na não perturbação do trânsito, pedindo inclusive o conselho dos moradores.



Levantou algumas questões acerca da repavimentação da estrada que liga a Senhora da Luz ao Arco da Memória, já que nos locais por onde passa a conduta da água, foram feitos remendos que estão bons, mas o resto da via mantém-se danificada. Lembrou que é uma via perigosa, onde já morreram algumas pessoas e perguntou se irá ser cumprida a promessa de repavimentação feita aquando da campanha eleitoral para as últimas autárquicas. -----

----- Acerca do Orçamento de Estado para 2016, que está em fase de negociação e cuja fase de discussão começará na próxima semana, considerou que este representa um virar de página e constitui de facto uma alternativa à política de austeridade levada a cabo, ao longo de quatro anos, pelo PSD/CDS, contrariando a tese do anterior governo de que a austeridade era uma inevitabilidade. Afirmou que, em sua opinião, este é um orçamento responsável, que irá devolver a esperança e a confiança aos portugueses e fazer crescer a economia e, por esta via, irá fomentar o aumento do emprego, assim como ter impacto ao nível da Segurança Social. Alegou que o PSD/CDS não contribuiu para uma discussão séria deste Orçamento e tem vindo a minar a opinião pública, alimentando o medo, a confusão e a incerteza, ao incutir a ideia de um aumento de impostos generalizado. Falou também das contradições do discurso da oposição, que tanto acusa o governo de tirar demais, quanto no momento seguinte de dar demais. Disse ainda que as várias correções que têm vindo a ser introduzidas nos vários indicadores do orçamento resultam do diálogo e compromisso com os demais partidos que compõem a maioria parlamentar, e que isto significa a procura da perfeição orçamental e o exercício saudável da democracia, para além de ser o resultado das negociações realizadas com a Comissão Europeia, visando respeitar os compromissos assumidos e simultaneamente defender os interesses de Portugal. Concluiu dizendo que o Orçamento para 2016 contém as opções essenciais do programa de governo, respeita os acordos celebrados no quadro parlamentar e os compromissos internacionais. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Começou por esclarecer que a sua intervenção seria feita na qualidade de deputada municipal, ao abrigo do artigo 45º, n.º 2, do Regimento da Assembleia. -----

----- Iniciou por se referir à realização das Tasquinhas, notando que normalmente é um assunto falado após a realização do evento, mas que desta vez, face à proximidade da data de inauguração, quis deixar, desde já, uma referência à mesma e



antecipar o agradecimento a todos aqueles que se empenham e aplicam parte do seu tempo em prol das suas freguesias, associações, coletividades, instituições e outras entidades, dando tudo de si para que este evento seja um sucesso, estendendo também esse agradecimento ao Executivo e funcionários municipais. Salientou que se trata do evento de maior relevância do concelho, importância essa que tem vindo a crescer nos últimos anos, sendo hoje uma referência a nível nacional. -----

----- Acerca dos festejos carnavalescos em Rio Maior, carnaval noturno e escolar, lembrou que, para além destes, existem também festejos em outras freguesias do concelho, destacando o carnaval em Asseiceira, que é o mais antigo do concelho, tendo completado 30 anos. Relativamente à sugestão apresentada pelo Deputado João Figueiredo Vargas Lopes, lembrou que uma das razões para a criação do carnaval noturno em Rio Maior foi exatamente para não ser em simultâneo com o desfile de carnaval da Asseiceira que é realizado durante a tarde de domingo e terça-feira, deixando, por isso, a sugestão ao Executivo Municipal de que, ao ser criado um desfile diurno, este decorra ao sábado à tarde.-----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Obras na Vila da Marmeleira: Reconheceu que esta obra não correu tão bem como a da Senhora da Luz e Arco da Memória e disse compreender a situação de ser confrontada diariamente com as reclamações dos fregueses. Acrescentou que esta é uma obra que apesar de não ter garantia de financiamento, para haver alguma hipótese neste sentido e conseguir um valor de comparticipação na ordem de 85% do total de mais de 400 mil euros de investimento, a Câmara Municipal teve de avançar com os pagamentos até ao dia 31 de dezembro. Garantiu que todas as deficiências detetadas têm sido registadas e que nos autos de receção provisória da obra as mesmas foram discriminadas, lendo excertos de dois destes autos para exemplificar. Disse também que os serviços municipais, coordenados pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, têm acompanhado esta obra e que, apesar da mesma ter uma



garantia de cinco anos, pretende-se que as anomalias sejam corrigidas a cada momento, evitando acionar cauções. Quanto à ligação da rede ao reservatório da água, esclareceu que a mesma será feita e confirmou que o acordo com os proprietários já foi feito. No que respeita aos danos nos muros do Bairro Social, declarou não ter elementos para responder no momento. -----

----- Casas em ruínas na União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz: Salientou que estas situações são transversais a todo o concelho e que as mesmas têm vindo a ser sinalizadas, havendo alguns procedimentos mais avançados na localização dos proprietários ou herdeiros dos mesmos, para que estes assumam a sua responsabilidade e sejam seguidos todos os trâmites legais. -----

----- Numeração de Polícia: Confirmou que os números de política já foram colocados no Pé da Serra e que a sua colocação vai continuar para outras localidades. -----

----- Visita do Presidente da República ao Concelho de Rio Maior: Em resposta às várias questões colocadas sobre este ponto, fez notar que se trata do representante máximo da nação, eleito democraticamente, salientando que Rio Maior sempre lhe deu expressivas vitórias e maiorias. Explicou que esta visita já era para ter sucedido há muito tempo e que semana anterior foi contactada para o efeito já que Presidente da República se iria deslocar a Torres Novas e gostaria de passar por Rio Maior. Adiantou que a escolha da empresa Indústrias Carnes Nobre partiu da Presidência da República, porque aquela empresa, aquando da inauguração da sua Academia de Charcutaria, tinha convidado o Presidente da República a estar presente e não pôde vir na altura. Adiantou que foi também dada a indicação de que o Presidente da República gostaria de conhecer o património local, tendo sido escolhidas as Marinhas do Sal e que deveria ainda ser indicado um terceiro local, optando-se pelas instalações desportivas de excelência, reconhecidas como tal a nível local, regional, nacional e internacionalmente, com a projeção que as mesmas teriam, face aos órgãos de comunicação social que acompanhariam esta deslocação. Referiu ainda que, por coincidência, se encontrava estagiar no Centro de Estágios a Seleção Nacional Feminina de Futebol e que, como tal, estiveram presentes na visita vários Presidentes das Federações Nacionais, como de Futebol, do Triatlo e da Natação, para além do Presidente do Comité Olímpico de Portugal, que representam os clientes do complexo desportivo e que permitem suportar a gestão daquele espaço e empresa. Lembrou que esta empresa, sendo 100% municipal, consegue ter receitas próprias, permitindo que a Câmara Municipal assumira única e exclusivamente os custos de



iniciativas como o desporto para a infância, o “Mais Desporto, Mais Saúde” e o apoio às associações, nomeadamente pela disponibilidade de espaços a título gratuito. Disse considerar que decorreu tudo de uma forma muito tranquila e que no que se refere às questões acerca da organização, divulgação e protocolo, esclareceu que tudo é imposto numa deslocação do Presidente da República, por motivos de proteção e segurança. Relativamente ao reparo feito pelo Deputado João Figueiredo Vargas Lopes, lembrou que nunca perde uma oportunidade de reconhecer ao Dr. Silvino Sequeira o trabalho que desenvolveu em prol de Rio Maior, nomeadamente a aposta no desporto e num complexo desportivo. Relativamente à observação feita pelo Deputado Paulo Manuel Santos Colaço sobre as políticas de recursos humanos seguidas pela Indústria Carnes Nobres, disse desconhecer as medidas adotadas pela empresa e de se tratar de matéria fora do âmbito autárquico. -----

----- Carnaval: Felicitou o Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião pela sua participação assídua e entusiasta no Carnaval Noturno. Em resposta à hipótese levantada de ser criado um desfile de dia, disse concordar com a sugestão apresentada. -----

----- Comemorações Poeta Ruy Belo: No que respeita à intervenção da Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias, agradeceu a manifestação de disponibilidade para promover e divulgar a obra de Ruy Belo. Referiu que a oferta cultural deve ser a mais diversificada possível e que visionamento do filme, organizado em conjunto com o Rotary Club de Rio Maior, correu muito bem. -----

----- Comissão de Proteção a Crianças e Jovens e Rede Social do Concelho: Sobre este assunto, agradeceu à Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis a apresentação do relatório da CPCJ. Disse que, enquanto Presidente do Conselho Local de Ação Social (CLAS), tem orgulho em trabalhar com técnicos da ação social que desempenham um trabalho fantástico, sem grande alarido. Acrescentou que é importante reconhecer em sede da Assembleia Municipal o trabalho que é feito na área social no concelho e deu conhecimento de que no dia anterior decorreu um plenário extraordinário do CLAS, onde teve oportunidade de transmitir esta mesma opinião. Disse ainda considerar que a rede social do concelho está muito bem articulada, contando com grandes instituições e que quem faz as instituições são as pessoas que trabalham em prol dos mais desfavorecidos e carenciados. -----

----- Limpeza da Ribeira de São Gregório: Deu conhecimento de que está prevista uma intervenção a curto prazo. -----



----- Controle de animais: Disse compreender a situação mas que a captura de animais atualmente tem regras bastante restritivas, o que dificulta o seu controle. -----

----- Salinas de Rio Maior e atividades: Neste ponto, disse concordar com o que foi dito pelo Deputado João Figueiredo Vargas Lopes e que fica sempre constrangida quando se convidam pessoas a vir aos eventos do concelho e depois não lhes são dadas as melhores condições. Fez uma referência ao de Plano de Pormenor e Salvaguarda das Salinas e ao facto de se ter feito uma primeira abordagem junto das entidades que tutelam o Parque Natural da Serra de Aires e Candeeiros acerca desta questão. Deu conhecimento de que está prevista uma visita da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza à sede do Parque Natural e que é intenção do Executivo aproveitar essa ocasião para lhe apresentar uma proposta nesse domínio. -----

----- Freguesias: Relativamente às transferências para a freguesias, referiu que em reunião com os Presidentes de Junta, teve a oportunidade de transmitir que não conseguiria concretizar o objetivo de liquidar todas as transferências referentes ao ano de 2015 no mês de janeiro, face à necessidade de afetar verbas às obras a decorrer na Vila da Marmeleira e Arco da Memória para garantir a possibilidade das mesmas virem a ser sujeitas a financiamento. Informou que foi entretanto efetuada uma transferência no valor de sessenta e três mil euros, ficando pendentes cinquenta e três mil e novecentos euros que, espera, se possam transferir em março. Indicou ainda que só em abril deverão começar a pagar valores referentes a 2016. -----

----- Obras no Arco da Memória: Confirmou que atualmente está a ser executada uma nova rede de abastecimento de água que pretende substituir a que foi construída pela população, que está a correr conforme previsto e em boas condições. Quanto à estrada que liga a Senhora da Luz ao Arco da Memória, disse que iria procurar saber mais informações, mas que tanto quanto sabe a mesma será reparada pelo menos nos sítios em que está a ser colocada tubagem, não estando certa se será ou não efetuada a recuperação de todo o pavimento. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Orçamento para 2016 - Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2016/2019 e Mapa de Pessoal para 2016 da CIMLT** -----

----- **Conselho Municipal de Educação - Estatística 2015/2016 - Mapa de alunos por Escalão Ação Social - N.º alunos 2015/2016** -----



----- **Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Menores – 2015** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 3)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Perguntou qual a justificação para o aumento da dívida a fornecedores. -----

----- Relativamente ao relatório da CPCJ considerou que deve ser acutelada a preocupante situação do aumento de 50% da violência doméstica, defendendo que quer a CPCJ, quer o Executivo Municipal deverão ter em atenção este assunto, pela sua gravidade e pelas sequelas que advêm para as famílias e em especial para as mulheres e crianças que as compõem. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que o aumento da dívida a fornecedores está associada aos custos com as duas obras do círculo urbano da água, a decorrer na Vila da Marmeleira e no Arco da Memória, cujo valor total ronda um milhão de euros. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Projeto de Regulamento de Utilização e Gestão de Viaturas e do Parque Automóvel Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que este Regulamento se justifica pela necessidade de gerir as viaturas que o Município tem à sua responsabilidade. Mais informou que o assunto foi abordado em sessão de Câmara e sujeito a consulta pública, retornando posteriormente à Câmara Municipal e agora é apresentado na Assembleia Municipal para que se pronunciem os respetivos membros. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 29 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (30 presenças). -----



----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós votamos a favor. Entendemos que este Regulamento se encontra legal e tecnicamente bem feito. Importa, contudo, deixar uma reflexão sobre a gestão das últimas décadas deste Município. É nosso entender que ao invés de se apostar na gestão direta, na autonomia de máquinas e meios técnicos e humanos, transfere-se a opção política e ideológica para externalização, isto é, entrega-se a empresas e *outsourcing*. Com esta opção, a Câmara Municipal transforma-se numa plataforma de negócios. Conduz isto a um parque de máquinas e viaturas que, em nosso entender, se encontra insuficiente e ultrapassado e obsoleto. É, por isso, nosso entender que, pese embora termos votado a favor, é altura de virar a página.” -----

----- **Ponto II – Projeto de Regulamento para atribuição excepcional de incentivos à fixação de médicos de medicina geral e familiar no Centro de Saúde de Rio Maior** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que, conforme já referiu diversas vezes, não sendo esta uma competência do município, não deixa de ser uma responsabilidade. Deu conta que para a elaboração deste regulamento foram cumpridos os trâmites legais de submissão à Câmara Municipal e audiência de interessados. Referiu também que a Câmara Municipal tem tentado fixar médicos no Centro de Saúde de Rio Maior, que não sejam colocados através de empresas de prestação de serviços, mas que estejam afetos ao quadro de pessoal, lembrando que, nos últimos anos, houve um conjunto de médicos que se foram aposentando. Disse ainda que, de acordo com uma comunicação da Diretora do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES), a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Rio Maior (UCSP) tem 7314 utentes com médico de família atribuído e 7536 sem médico de família e que a Unidade de Saúde Familiar Salinas de Rio Maior (USFS) tem 7257 utentes com médicos atribuídos e 0 sem médico de família. Acrescentou que, assim sendo, do total de 22 137 utentes, valor superior ao da população concelhia uma vez que estão inscritos utentes de freguesias limítrofes, existem 34% dos utentes sem médico de família que são atendidos em consultas de recurso, por médicos que estão ao serviço do Centro de Saúde, enquadrados no acordo entre os Governos de Portugal e de Cuba, ou no âmbito de contrato com empresa prestadora de serviços. Acerca do atendimento complementar, referiu que há a possibilidade de alguns



médicos pedirem escusa desse serviço face à idade que têm, mas que houve por parte da Diretora do ACES a garantia de que outro médico será colocado para dar apoio naquele atendimento. Concluiu dizendo que face às necessidades atuais, esta iniciativa foi a forma legal e mais transparente para quem gere dinheiros públicos de poder resolver a situação dos utentes sem médico de família. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Indicou que se iria abster na votação porque, embora lhe pareça positivo que se criem mecanismos para fixar os médicos de clínica geral e familiar nos Centros de Saúde e nomeadamente no Centro de Saúde de Rio Maior, à semelhança do que outros concelhos já fizeram, considera que o problema está a montante e tem a ver com a questão de organização do Estado, do país e com a própria falência do sistema democrático em Portugal. Disse também que, no seu entender, é grave que um Município com dezanove mil habitantes, que fica a pouco mais de setenta quilómetros da capital, tenha que usar estas formas de atração para fixar médicos, quando não seria expetável que tal pudesse acontecer num país com quase novecentos anos de história. Referiu que a questão da saúde, tal como a educação, são dois setores fundamentais para a organização de qualquer país dito democrático e que não lhe parece normal que um país que está entre os trinta mais industrializados do mundo chegue a esta situação. Defendeu que quem deveria resolver o problema era o Ministério da Saúde, que tem de preencher as vagas que existem e colocar médicos em todos os concelhos do país, de acordo com o rácio populacional existente e de acordo com critérios de proporcionalidade. Por último reafirmou que se abstém, porque embora considere todas as medidas que possam ser tomadas para fixar médicos no nosso concelho como positivas, mesmo que sejam medidas de recurso, considera que quem deveria resolver a situação é a tutela e o poder central. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Indicou uma abordagem acerca do assunto sobre três aspetos: primeiro, uma questão de estratégia, na medida em que não se revê no sistema nacional de saúde e, conseqüentemente, qualquer medida que seja feita para mantê-lo, em seu entender, será sempre negativa; segundo, por uma questão de princípio, porque entende que dar a quem quer vir é desmerecer dos que há muitos anos executam a sua profissão



em Rio Maior; terceiro, por uma questão de eficácia, na medida em que atribuir 450€/mês apenas levará a uma “dança das cadeiras” entre Municípios, porque no ano seguinte irá mudar para a Câmara que lhes der mais. Disse ainda que a Câmara está a fazer uma coisa que é paradoxal e que é resolver um problema para o qual não há solução. Sugeriu que o subsídio possa ser utilizado não para trazer o que faz falta, mas mandar embora o que não faz, nomeadamente alguns decisores políticos que deveriam ser subsidiados para emigrar. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que este assunto é controverso embora considere que enquanto regulamento está bem feito, percebendo-se qual o intuito da autarquia, mas que há duas questões a analisar: primeira, se este Regulamento vai ter algum efeito prático na situação das sete mil e quinhentas pessoas sem médico de família e perceber quem vai atingir; e, por outro lado, perceber que não compete às autarquias resolver problemas desta índole mas sim ao poder central. Disse que apesar do Regulamento ser claro ao estipular que entra em vigor no dia a seguir ao da sua aprovação e publicação, solicitou alguns esclarecimentos que poderão vir a influenciar o sentido de voto, nomeadamente: se os médicos colocados no futuro serão abrangidos por esta medida e se assim se o regulamento está articulado com a atuação do ACES e a ARS de Lisboa e Vale do Tejo; e também se os médicos colocados através do último concurso ou por empresas irão beneficiar da aplicação deste regulamento. Referiu ainda que a atribuição deste benefício pode constituir efetivamente uma situação de injustiça para com os médicos que, com todo o mérito e até agora, têm vindo a assegurar o serviço no Centro de Saúde, muitas das vezes ultrapassando as suas capacidades físicas. Questionou também a situação relativa ao atendimento complementar, considerando que já se verificou o pedido de escusa de alguns dos atuais médicos, ressalvando que tal não tem só a ver com a idade e com o fato de trabalharem em situação de sobrecarga emocional, psicológica e física, mas também com as notícias que têm sido divulgadas sobre este tipo de medida, exemplificando com uma reportagem que surgiu no jornal *O Mirante*, a qual veio levantar uma grande polémica acerca deste assunto. Concluiu reafirmando que o regulamento está bem feito, mas que a sua aplicação poderá vir a levantar mais problemas do que os já existentes e que gostaria de ver as questões colocadas clarificadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



----- Começou por esclarecer que, segundo informação recebida da Diretora do ACES, os médicos que têm mais de cinquenta e cinco anos idade podem pedir escusa de fazer atendimento complementar e que, neste âmbito, recebeu três pedidos de Rio Maior, mas assegurou que esse atendimento não irá ficar sem médicos existindo, inclusive, verbas para assegurar estas horas. Esclareceu ainda que o apoio à fixação de médicos no concelho, nomeadamente no centro de saúde, se iniciou há cerca de dois anos aquando do pedido por parte do ACES para disponibilização de alojamento para dois médicos de origem cubana. Reconheceu que esta medida é transitória e não é a ideal para a resolução efetiva do problema, mas que se trata de uma iniciativa para atenuar a difícil situação existente e que esta foi a forma de a Câmara Municipal legitimar o processo, de forma clara e transparente, para não venha a ser questionada, mais tarde, pela tutela sobre quem e porquê se está a subsidiar. Disse desconhecer a notícia publicada pelo jornal *O Mirante* e qual o seu teor. Clarificou que o valor de 450€ não foi escolhido arbitrariamente, tendo por base o custo de deslocação por km estipulado por lei e que se considerou a deslocação da capital de distrito para Rio Maior, arredondando-se por baixo. Referiu que concorda com o Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa quando diz que esta não é uma competência do Município e que em situações normais e num Estado de direito, não se estaria a tentar remediar e tentar dar resposta aos pedidos que quotidianamente têm sido apresentados por várias entidades e associações de utentes. Reforçou que, sob o aspeto legal, foram cumpridos todos os preceitos e recebidos os pareceres necessários e que recebeu orientações da tutela desta área para que fossem criados estes incentivos e que foi a mesma a indicar que o número necessário de médicos, para abranger os utentes de Rio Maior sem médicos de família, seria de três e esclareceu também que este apoio não será acumulado com outros, nomeadamente em termos de alojamento. Por último mencionou ainda as dificuldades sentidas em conseguir agendar uma reunião com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo para, entre outros assuntos, colocar a questão dos custos com o funcionamento das duas Unidades Móveis de Saúde, cujo respetivo protocolo foi interrompido a dada altura mantendo a Câmara Municipal este serviço a suas expensas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 25 votos a favor, 1 voto contra do Deputado Municipal Rui Miguel Costa e Silva e 4 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa,



Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Suzana Margarida dos Santos Candeias e Paulo Manuel Santos Colaço (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto contra porque não me revejo no princípio que formatou este documento. Reconheço a boa intenção e o problema que o Executivo tem entre mãos, reconheço que o Regulamento se encontra bem feito, mas lembro que uma boa arma usada com boas intenções não deixa de produzir o efeito desastroso que todos conhecemos.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente porque a saúde é um bem maior e a qual deve ser estimada. É uma solução que todos devemos estar cientes que o Município toma não sendo a saúde uma competência transferida para os Municípios. Ou seja, procurou resolver um problema transversal a Portugal e até outros países europeus, que padecem da mesma questão, que vem desde há dezenas de anos, que se, na sequência até de alertas que foram feitas inúmeras, inúmeras e anos, anos a fio, relacionadas com o número de licenciados que saíam face às necessidades previstas de médicos e técnicos de saúde e as quais se foi protelando a solução. Hoje em todo o país se vive os efeitos nefastos dessa situação e com os quais o Município tenta resolver com as armas e as medidas que lhe são possíveis aplicar. Efetivamente, as leis do mercado e, julgo eu, ninguém na sua boa posse das faculdades mentais pensa que se pode enviar pessoas num Estado de direito para trabalhar num determinado sítio por decreto, a isso chama-se deportação. Portanto, digamos, havendo poucos médicos e necessitando de médicos o que se procura é incentivar a fixação dos mesmos, no imediato, de futuro tentaremos sempre, todos nós e os diferentes executivos e governos, acautelarmos a capacidade e a possibilidade de preencher as vagas que são necessárias.” -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Interessa-me fazer e de alguma forma justificar o meu voto favorável com uma leitura política desta votação e ao fim e ao cabo desta discussão. Creio que aqui foram apresentados argumentos das mais diversas formas, tirar o chapéu ao Dr. Rui Miguel



porque, pese embora discorde da opinião do mesmo, quem sou eu para ir contra os argumentos de um profissional da área com tanto brio e de alguma forma ir contra aquilo que diz. De qualquer das formas, gostava de salientar aqui a política no seu não tão bom nível. Disfarçar pedidos de esclarecimento e disfarçar de alguma forma comentários no intuito de criticar quando se faz e quando não se faz, na minha opinião é tentar minorar o trabalho de alguém a quem cabe todos os dias gerir este Município. É muito mais fácil para nós que aqui vimos sentar-nos criar este tipo de discussões, do que propriamente para um Executivo Municipal que todos os dias tem que decidir. O que é certo, não é uma responsabilidade sua, concordo com isso tudo, não é uma competência, mas cabe ao Município de Rio Maior resolver os problemas que a sua população sente. E não é apenas para estes trinta ou trinta e poucos que aqui estão sentados, que na minha modesta opinião, somos uns privilegiados no meio de toda a população riomaiorense, não é só para estes trinta que este Executivo trabalha e neste sentido para que os riomaiorenses tenham mais um, mais dois ou mais três médicos fará todo o sentido. Mostrar a minha solidariedade ao Executivo Municipal e parabenizá-los por todo o trabalho feito neste sentido.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel Silva Arribança** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei a favor deste Regulamento, apesar de francamente não acreditar nos efeitos dele. Isto para produzir efeitos tem que estar inserido numa política muito mais vasta de atração de quadros médicos superiores para a cidade de Rio Maior. A cidade de Rio Maior tem que ser atrativa para essas pessoas, não por aquilo que lhes paga pontualmente. A boa intenção da medida fez-me votar a favor, mas francamente não acredito na mesma ou que tenha grandes resultados.” -----

----- **Ponto III – Projeto de alteração do Regulamento da Iniciativa Maior Mérito – Universidade de Verão** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que esta iniciativa prende-se com a necessidade de melhorar alguns artigos, caso dos artigos 5.º e 9.º que respeitam à responsabilização dos alunos e respetivos encarregados de educação, em caso de desistência. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----



----- Iniciou por louvar a existência deste Regulamento, aprovado o ano passado, que promove o empenho e o sucesso dos alunos e também o contacto e uma primeira experiência que lhes permite tomar as suas opções no próximo passo que será o ensino universitário. Disse também que verificando-se a necessidade de alterações e melhorias a algumas das medidas, tal foi assumido, sendo as mesmas incorporadas no documento, no sentido de promover a participação de mais alunos e ainda a possibilidade de incluir alunos, não só pelo empenho escolar demonstrado pelo nível de notas, mas também o empenho demonstrado a outros níveis. Lamentou apenas não poderem existir mais vagas, que infelizmente são reduzidas, porque os valores e as verbas não são infindáveis. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor e 6 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Filipe Vicente Martins, Ana Catarina Coelho Pinto, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Suzana Margarida dos Santos Candeias e Paulo Manuel Santos Colaço (29 presenças). -----

----- **Ponto IV – Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Área da Reabilitação Urbana dos Municípios Associados na CIMLT** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e esclareceu que esta iniciativa prende-se com a questão da extinção, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, para a qual os onze municípios da Lezíria do Tejo, incluindo-se o Município de Rio Maior neste conjunto, tinham transferido competências na área da reabilitação urbana. Esclareceu ainda que o que se traz à discussão e deliberação é precisamente delegar na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo aquilo que anteriormente estava delegado na Sociedade de Reabilitação Urbana, SRU-LT. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 3 votos contra dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias (30 presenças). -----



----- Ponto V – Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo: participação do Município na Central de Compras – contrato de mandato administrativo -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que se trata de formalizar algo que já vem acontecendo e que se trata de realizar um conjunto de procedimentos de aquisição de bens e serviços em conjunto pelos onze municípios da Lezíria do Tejo, ao invés de individualmente. Deu como exemplos destes bens e serviços, os contratos relativos às comunicações móveis, ao fornecimento de energia elétrica, a alguns consumíveis e às refeições escolares. Esclareceu ainda que existe a possibilidade de caso o Município entenda ser mais vantajoso realizar estes contratos individualmente, o poder fazer. E lembrou, por último, que a Comunidade Intermunicipal é composta pelos onze Presidentes de Câmara e a Assembleia Intermunicipal pelos membros de cada Assembleia Municipal que representam as respetivas bancadas. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Suzana Margarida dos Santos Candeias e Paulo Manuel Santos Colaço (30 presenças). -----

----- Ponto VI – Manutenção e Inspeção de ascensores – Proposta de delegação de competências na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e fez um pequeno enquadramento, dizendo que com vista à concretização das competências no domínio da inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes e, por se reconhecer que a Câmara não está habilitada a exercer plenamente todas as tarefas necessárias ao exercício das competências que foram legalmente atribuídas, foi celebrado, já em 2003, um protocolo com a Comunidade Intermunicipal, entretanto interrompido. Acrescentou que se pretende delegar novamente estas competências na Comunidade Intermunicipal, que é quem tem técnicos e meios para fazer a inspeção destes equipamentos, à semelhança do que os outros dez Municípios já fizeram. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- Conforme decisão tomada no início da sessão da Assembleia Municipal por proposta do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, os pontos VII a XI serão discutidos em simultâneo e votados per si. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Presidente da Câmara para apresentar os pontos VII a XI e abriu as inscrições para a discussão dos mesmos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou as propostas da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e interveio referindo que a introdução ora realizada respeita aos vários pontos sujeitos a votação, esclarecendo que todos respeitam a situações que se pretendem ver regularizadas, ao abrigo da legislação aprovada para o efeito e para vigorar durante o ano de 2015, Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. Lembrou que já foram presentes à Assembleia Municipal, em anteriores sessões, outros pedidos e que até final de dezembro de 2015 poderiam ser entregues pedido para apreciação e decisão. Voltou a referir que estes pedidos apenas se referente a regularizações de situações existentes, o que, no seu entender, é preferível ao fecho da atividade e à demolição das edificações e que a pronúncia da Assembleia Municipal é um dos elementos necessários na instrução do pedido na entidade competente para a emissão do parecer final. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Referiu já se ter pronunciado anteriormente sobre este tipo de declarações de reconhecimento de interesse público municipal, considerando que as mesmas se justificam-se pontualmente, em determinadas situações e atendendo, sobretudo, à dimensão das empresas ou das entidades privadas em causa. Disse ainda que, no seu entender, têm sido trazidas à Assembleia Municipal deliberações deste tipo em demasia, levantando várias questões, entre as quais o facto de se estar a avaliar situações que não se conhecem na totalidade, ainda que tenham em posse a informação disponibilizada pelos serviços da Câmara Municipal, afirmando que quem deveria efetivamente fiscalizar estas situações e quem deveria decretar deveriam ser outras entidades ou instituições especializadas nas respetivas áreas a verificar e



determinar se certas instalações estão dentro ou fora da lei. Explicou que na anterior sessão da Assembleia Municipal não se retirou da sala aquando da discussão e votação deste assunto porque queria votar a minuta da ata no final, mas que hoje o irá fazer, em sinal de protesto, não contra a Câmara Municipal, mas contra o legislador que criou este problema, ao atribuir competências à Assembleia Municipal numa área que não lhe parece lógico que seja a mesma a deliberar. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Tomou a palavra para esclarecer que aquilo que é solicitado à Assembleia Municipal não é o reconhecimento da legalidade da situação das explorações ou unidades, mas exatamente o contrário, isto é, o reconhecimento do interesse público municipal visa a legalização de uma situação que manifestamente não está conforme com a lei, cabendo a outras entidades, depois desta eventual aprovação, aferir se a exploração ou unidade tem ou não as condições para ser licenciada. Referiu ainda que a Câmara Municipal tem que submeter à Assembleia Municipal estes pedidos porque assim a lei o estipula e sem a pronúncia da Assembleia Municipal o processo não será sequer avaliado. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Disse que as suas certezas terminam no dia em que lhe provam o contrário e, nesse sentido, transmitiu os seus agradecimentos ao Presidente da Assembleia Municipal por lhe ter lembrado a forma como deve assumir a sua responsabilidade enquanto membro da Assembleia Municipal e assim, pelos motivos evocados na última sessão, não irá abandonar a sala, mas irá votar contra em todos os pontos seguintes. -----

----- Dirigiu-se depois à Presidente da Câmara Municipal dizendo que normalmente divide o mundo em dois tipos de pessoas, os que fazem e os que criticam, tendo consciência de que na Assembleia Municipal faz parte dos que criticam e o Executivo Municipal dos que fazem, enquanto noutros fóruns em que participa sucede o contrário. Referiu que, não obstante, é bom ter uma frente crítica, que dê outra dimensão e perspetiva do mundo e que teme, quando faz uma crítica, ser deselegante ou gerar sentido de ingratidão, dizendo a todos que se algum dia sentirem isso ficam desde já as suas desculpas. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----



----- Referiu que, após a explicação do Presidente da Assembleia Municipal, irá mudar o seu sentido de voto e abster-se, embora continue a não concordar que seja a Assembleia Municipal a deliberar sobre esta matéria. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Começou por referir que concorda com o Deputado Rui Miguel da Costa e Silva no que respeita à mensagem dirigida à Presidente da Câmara, na medida em que as posições tomadas na Assembleia Municipal não são contra pessoas, nem atos, mas são antes posições críticas. -----

----- No que respeita à questão em debate, disse que irá manter a mesma posição e ser coerente, no sentido de não obstaculizar o processo de regularização das empresas, indicando o sentido de voto favorável nos pontos a discussão. -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Disse que à semelhança de votações anteriores sobre esta mesma matéria e tendo em consideração o carácter extraordinário deste processo de regularização e as palavras do Presidente da Assembleia Municipal, que subscreve, no sentido de não se estar a decidir nem a atribuir nada em definitivo, e também a importância económica das empresas para o concelho e a confiança na salvaguarda do equilíbrio entre recursos económicos, sociais e ambientais, quanto finalmente as informações prestadas pelos serviços técnicos municipais, indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Referiu que sobre este assunto não concorda na totalidade com o que o Presidente da Assembleia Municipal disse, por considerar que todos são responsáveis quer pelas ações, quer omissões. Acrescentou que não teve tempo suficiente desde a receção dos documentos para a sua análise de forma aprofundada e recolher informações e dados adicionais, não ficando por isso completamente esclarecido, porque da simples leitura da documentação não conseguiu sanar todas as dúvidas. Acrescentou ainda que, em alguns dos casos, o número de postos de trabalho que estão em causa não lhe parece extremamente relevante fazendo a ressalva que há casos de um, dois ou seis postos de trabalho. Fez referência ainda às datas da submissão dos pedidos ao Município no limite do prazo, nomeadamente nos últimos dias do ano de 2015. Concluiu declarando que o seu sentido de voto será a abstenção. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



----- Interveio esclarecendo que o assunto em discussão reporta a empresas que procuram regularizar e legalizar a sua situação, ao contrário de outras que nem sequer tomam essa iniciativa e que se trata, efetivamente, de uma situação excepcional. -----

----- Dirigindo-se ao Deputado Rui Miguel da Costa e Silva, disse ser para si um orgulho tê-lo como deputado municipal e que aceita bem a crítica, sendo que a do deputado nunca foi deselegante. Deixou igualmente uma mensagem à Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa dizendo que todo o trabalho que é desenvolvido diariamente é sempre para bem do seu concelho e em prol da missão que abraçou. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Findo o esclarecimento, passou à votação ponto por ponto. -----

----- **Ponto VII – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de instalação de exploração pecuária, em nome de Selectaves, Lda, sita em Bairradas, Freguesia de Rio Maior** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor, 2 votos contra dos Deputados Municipais Rui Miguel da Costa e Silva e Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 5 abstenções dos Deputados Municipais Luís Alberto Santos Tirano Ferreira, José Casimiro Fróis Ferreira, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Joana Filipa Ferreira Tirano e João Figueiredo Vargas Lopes (29 presenças). -----

----- **Ponto VIII – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de instalação de indústria extrativa e comercialização de pedra, em nome de Pragosa Indústria Extrativa, S.A., sita em Senhora da Luz, Freguesia de Rio Maior** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor, 2 votos contra dos Deputados Municipais Rui Miguel da Costa e Silva e Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 5 abstenções dos Deputados Municipais Luís Alberto Santos Tirano Ferreira, José Casimiro Fróis Ferreira, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Joana Filipa Ferreira Tirano e João Figueiredo Vargas Lopes (29 presenças). -----

----- **Ponto IX – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de instalação de exploração avícola em nome de Manuel Antunes Carvalho, sita em Casais Monizes, Freguesia de Alcobertas** -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor, 2 votos contra dos Deputados Municipais Rui Miguel da Costa e Silva e Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 5 abstenções dos Deputados Municipais Luís Alberto Santos Tirano Ferreira, José Casimiro Fróis Ferreira, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Joana Filipa Ferreira Tirano e João Figueiredo Vargas Lopes (29 presenças). -----

----- **Ponto X – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de instalação de exploração pecuária em nome de Fernando Vicente Produção e Comércio de Suínos, Lda., sita em Quinta da Senhora da Luz, Freguesia de Rio Maior** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 21 votos a favor, 2 votos contra dos Deputados Municipais Rui Miguel da Costa e Silva e Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 6 abstenções dos Deputados Municipais Luís Alberto Santos Tirano Ferreira, José Casimiro Fróis Ferreira, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Joana Filipa Ferreira Tirano, João Figueiredo Vargas Lopes e do Presidente da Assembleia Municipal (29 presenças). -----

----- **Ponto XI – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de instalação de exploração pecuária em nome de Agropecuária Valinho, S.A., sita em Caroleiras, Freguesia de Rio Maior** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 21 votos a favor, 2 votos contra dos Deputados Municipais Rui Miguel da Costa e Silva e Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 6 abstenções dos Deputados Municipais Luís Alberto Santos Tirano Ferreira, José Casimiro Fróis Ferreira, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Joana Filipa Ferreira Tirano, João Figueiredo Vargas Lopes e do Presidente da Assembleia Municipal (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Assembleia Municipal** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Relativamente aos pontos X e XI gostaria que ficasse consignado em ata, que me absteve por ter relações profissionais com as empresas em causa e o empresário em causa, e portanto entendo que não devo votar em nenhum sentido, senão abster-me.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou as condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Dr. Vítor Santos – Correias – Outeiro da Cortiçada** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que se apresenta enquanto Coordenador da Unidade de Saúde Familiar Salinas de Rio Maior (USFS) e munícipe. Enquanto coordenador, disse querer esclarecer que o Centro de Saúde de Rio Maior não é uma unidade neste momento, mas cinco ou seis unidades. Referiu que o projeto de Regulamento aprovado contempla única e exclusivamente a Unidade que coordena e que o mesmo vem criar um problema de gestão muito complicado. Afirmou que no Centro de Saúde trabalham cinquenta a sessenta funcionários, 20 a 30% dos quais residem fora do concelho e muitos com mais de trinta anos de serviço, que agora se sentem marginalizados face a alguém que há-de vir por iniciativa da Câmara Municipal, entidade que não tem qualquer tipo de capacidade de requisitar médicos, de abrir concursos ou de dizer quantas vagas vai haver. Esclareceu ainda que os mais de sete mil utentes sem médico de família têm os cuidados assegurados por uma empresa e que deixou de ser dada prioridade aos médicos naturais ou residentes no concelho, como antes se fazia. Enquanto munícipe, disse considerar uma injustiça que pague impostos para ter um serviço de atendimento complementar, que os mais novos se recusam a fazer, uma vez que é um serviço feito em horas extraordinárias e, daí, não obrigatório e que os mais velhos, por uma questão humanitária, de ética e de princípios estiveram a assegurar, em conjunto com outros médicos contratados para o efeito. Referiu ainda que quando foi tornado público que iriam ser dados incentivos a quem viesse de fora, os médicos com mais de sessenta anos, incluindo-se a si próprio, pediram para deixar de realizar atendimento complementar. Concluiu dizendo que reconhece aos



Deputados Municipais o poder político e decisório, mas que lamenta que não se tenham informado melhor do ponto de vista técnico e questionou a Presidente da Câmara Municipal porque é que os funcionários da Câmara Municipal trabalham trinta e cinco horas por semana e no centro de saúde têm que trabalhar quarenta. -----

----- **Senhora Maria Manuela Bastos Calisto Ferreira – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Apresentou a situação referente ao acesso à Escola Secundária Augusto César da Silva Ferreira e à Escola Profissional de Rio Maior, cuja largura da via só permite a passagem de uma viatura de cada vez, provocando constrangimentos no trânsito, em especial por volta das oito horas da manhã, e questionou se não haverá uma forma de solucionar este problema. -----

----- Destacou também a presença de um grupo de alunos da Universidade Sénior de Rio Maior na assistência, no qual se encontra incluída. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a criação de incentivos para a fixação de médicos no centro de saúde, quer através da disponibilização de alojamento, quer no âmbito dos apoios previstos no Regulamento ora aprovado, partiu de uma proposta dos responsáveis da área da saúde, que sugeriram que se fossem encontradas soluções para fixar os médicos e impedir que os mesmos fossem para outros concelhos. Referiu ainda que quando estes incentivos começaram a ser atribuídos existiam cerca de 50% dos utentes sem médico de família e que atualmente esse valor situa-se nos 34%. -----

----- No que respeita à situação do acesso às escolas reconheceu que a via ficou bastante estrangulada e disse que irá encaminhar o assunto para os serviços municipais competentes a fim de ser procurada uma solução técnica que, mesmo não sendo ótima, pelo menos consiga minimizar o problema. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **A PRIMEIRA SECRETÁRIA:** _____



----- A SEGUNDA SECRETÁRIA: _____